



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

CULTURA, SABERES E MODELOS DE CONDUTA DA NOBREZA HISPÂNICA NA BAIXA IDADE MÉDIA

Eliana Ávila Silveira¹

Resumo: O presente texto busca abordar os ideais de conduta política e moral, propostos no interior dos círculos letrados da alta nobreza laica do reino de Castela e Leão, durante as primeiras décadas do século XIV. Trata-se de um estudo voltado à análise das práticas políticas e dos saberes inerentes à conformação de um modelo ético e virtuoso à conduta das elites nobiliárquicas e principescas da Baixa Idade Média. Para tanto, tomamos com base documental o estudo dos textos literários da prosa narrativa moralizante, compostos pelo escritor da alta nobreza hispano-catelhana, D. João Manuel (1282-1348).

Palavras-chave: Nobreza; Cultura; Poder.

Com este trabalho pretendemos assinalar e apresentar, em especial, alguns dos principais elementos constitutivos do projeto de investigação e dos eixos temáticos norteadores de nossa tese de doutoramento, no decurso dos anos de 2001 e 2002. A pesquisa tem como marco primordial de delimitação e abordagem os textos da literatura moralizante da Baixa Idade Média, produzidos durante as primeiras décadas do século XIV. É preciso ressaltar, a este respeito, que o propósito central do trabalho de investigação foi o de analisar as configurações éticas, o campo dos saberes e os modelos de conduta social e política, propostos no interior dos círculos letrados da alta nobreza laica do reino de Castela e Leão, ao longo dos séculos finais da Idade Média hispânica. Trata-se, assim, de um estudo dirigido fundamentalmente à compreensão das elites nobiliárquicas do mundo peninsular ibérico.

Em vista disso, dentre a diversidade de temas e enfoques, que caracterizam o atual estágio dos estudos historiográficos sobre a nobreza medieval, cabe considerar o papel assumido pelas abordagens² centradas na análise das relações entre a conduta aristocrática e os campos do saber. No âmbito das pesquisas direcionadas, mais

particularmente, ao estudo da nobreza e da cultura aristocrática na sociedade medieval castelhana, os trabalhos de Isabel Beceiro Pita têm frequentemente chamado a atenção acerca do importante lugar desempenhado por estes novos campos da investigação histórica. (BECEIRO PITA, 1991, p.571-590). Para a autora, em Castela, os séculos baixo-medievais registram o despertar de toda uma maior valorização e preocupação com os procedimentos educativos e o saber das elites nobiliárquicas. Como elemento crucial destas novas manifestações culturais, há que se considerar o amplo florescimento de uma literatura de carácter didático e sapiencial, que, desde o século XIII, destina-se preferencialmente à educação dos príncipes e à instrução modelar da nobreza.³

Ao tratar da Coroa de Castela, no século XIII, também Adeline Rucquoi tem procurado demonstrar as relações estabelecidas entre os fenómenos culturais e a dinâmica de funcionamento do sistema de poder dentro do reino peninsular. Em uma investigação bastante interessante e inovadora acerca desta problemática, a autora ressalta que, na época afonsina, reforça-se enormemente o papel dos saberes na constituição de uma ideologia de consolidação da autoridade monárquica. Conforme enfatiza Rucquoi (1993, p. 83):

*La cultura há desempeñado así un papel predominante en la formación de una ideología de la monarquía castellana. Los reyes no llaman tan solo a su lado a juristas o cronistas capaces de elaborar un concepto que los sitúe en una posición dominante frente a sus súbditos, a los demás príncipes, al emperador y al papa. Al adoptar la sabedoria divina como atributo que fundamenta su poder en la tierra, los reyes de Castilla han sido investidos con la sapientia de Dios, que sola permite gobernar los pueblos, hacer leyes, impartir justicia, y que conlleva el deber de transmitir el conocimiento.*⁴

No decurso dos séculos XIII e XIV, a promoção do conhecimento como base ideológica de afirmação do poder, passou a adquirir assim uma maior abrangência social, que incluía não somente os pressupostos políticos e atributos da realeza, mas difundia-se igualmente no interior das preocupações ideológicas e dos costumes da nobreza.⁵ É dentro deste contexto histórico que a cultura como elemento de reforço do poder social das elites nobres, começou a esboçar os seus primeiros contornos. Portadores de uma função eminentemente guerreira, certos membros da aristocracia de fins da Idade Média, no entanto, procuram agregar ao estilo da vida cavaleiresca um saber livresco. Eles constituem os *milites litterati*, os cavaleiros letrados, como os denominou Georges Duby (DUBY, 1993, p. 202). Seu especial interesse pelo cultivo do

saber acabou por converter certos expoentes dos círculos nobiliárquicos em verdadeiros promotores da educação aristocrática. Tais aspectos ensejam uma reflexão pormenorizada. As possibilidades de análise oferecidas por estas novas circunstâncias históricas, que afetam o comportamento aristocrático, evidentemente, são amplas e complexas. O objetivo de compreender e delinear alguns dos seus traços mais característicos suscitou este trabalho.

Em vista disso, esta investigação tem como ponto de partida um olhar sobre os fundamentos sócio-morais e políticos desta pedagogia nobiliárquica, saída das altas cortes senhoriais do reino de Castela, e que encontrou grande vigor e carga de expressão nas obras literárias do período.

Para tanto, tomamos como fonte documental básica de investigação o estudo dos textos literários da prosa narrativa castelhana, compostos pelo escritor da alta nobreza hispânica, D. João Manuel (1282-1348). Pertencente aos círculos mais proeminentes de uma nova elite aristocrática letrada e cortesã, que no século XIV começava a despontar nas monarquias ibéricas medievais, foi D. João Manuel um nobre de ascendência régia, filho do Infante de Castela e Leão, D. Manuel e de D. Beatriz de Sabóia, neto do monarca Fernando III (1217/1230-1252), sobrinho de Afonso X (1252-1284) e primo de Sancho IV. O escritor teve uma destacada atuação nos grandes acontecimentos políticos da monarquia castelhana baixo-medieval (GERBET, 1997, p. 138-134). A vida política conturbada de D. João Manuel transcorreu praticamente no decurso de três reinados (PRETEL MARÍN, 1982, p. 32-35). Desse modo, o recorte temporal de investigação aqui proposto contempla, mais precisamente, o período histórico compreendido entre o final do reinado de Afonso X e a ascensão de Sancho IV ao trono (1284-1295) até o reinado de Afonso XI (1312-1350).

Como observa Maravall, a figura de D. João Manuel é uma representação típica do que se tem chamado de fenômenos de bifrontalidade histórica, na medida em que seu pensamento social e suas obras acusam o aparecimento de uma época de notáveis contrastes e progressivas transformações sócio-políticas e culturais, aspectos que marcaram fortemente as sociedades europeias de fins da Idade Média. Elas estão inseridas num contexto de graves dissensões internas provocadas, em larga medida, tanto pelo processo de recrudescimento das tensões sociais urbanas quanto pelos embates políticos desencadeados entre a alta aristocracia e a Coroa castelhana. Segundo assinala o autor:

[...] esos fenómenos de bifrontalidad a la manera del que nos pone de manifesto don Juan Manuel, se presintam con cierta generalidad. En la obra [...] del infante se nos revela como un espejo la sociedad tradicional y estática del medievo; pero advertimos ya en ella ondulaciones que alteran su superficie, empujada por el viento de una nueva época que amanece. (MARAVAL, 1983, p. 457).

Neste contexto sócio-histórico, as obras de D. João Manuel respondem às circunstâncias de um período de intensa crise política e mudança social. Preocupado com a alteração e o rebaixamento dos altos quadros nobiliárquicos da Coroa de Castela, sua obra literária encontra-se intensamente relacionada a uma realidade histórica, permeada pelos frequentes distúrbios e desajustes da ordem social e política.

Com uma produção literária bastante rica e diversificada em suas modalidades de expressão e gênero, que compreende desde os manuais instrutivos de cavalaria (“Livro do Cavaleiro e do Escudeiro”), passando pelas obras de doutrinação política e social (“Livro dos Estados”), até a composição de contos de finalidade didática e educativa, seus textos constituem um importante inventário de fontes documentais imprescindíveis ao estudo das formas de representação cultural da vida aristocrática. (BECEIRO PITA, p. 583).

Assim, o interesse na produção intelectual manuelina reside, principalmente, no fato de que seus escritos possibilitam uma visão mais abrangente dos processos culturais modeladores dos costumes sociais e dos mecanismos de codificação ética da conduta política das elites dirigentes, no decorrer da sociedade baixo-medieval. Dentro do amplo conjunto dos escritos manuelinos, pode-se sublinhar também, como referência importante de sua produção intelectual, o “Livro das Armas”. Esta obra de D. João Manuel, escrita por volta de 1342-1345, descreve, de maneira notável, a construção discursiva dos grandes feitos de exemplaridade moral dos ancestrais de sua linhagem, que, na estrutura da sociedade aristocrática, fundam a memória linhagística e dão proeminência político-moral à sua alta Casa nobiliárquica.

Do ponto de vista metodológico e do enfoque interpretativo conferido a esta obra, importa circunscrever algumas questões essenciais. No que se refere à metodologia, o estudo do “Livro das Armas” pode ser desenvolvido através do emprego de uma abordagem transversal na análise dos principais temas e núcleos narrativos que compõe o texto. Tal procedimento implica em cotejar a obra tanto com outras fontes documentais do período quanto em salientar sua relação de correspondência com os demais textos escritos pelo autor.

Para delinear melhor as características e o sentido histórico-social da produção literária de D. João Manuel, convém também estabelecer certos elementos e conceitos norteadores, que oferecem referenciais teóricos e metodológicos importantes ao seu entendimento. Em seus aspectos de forma e conteúdo, podemos caracterizar o “Livro das Armas” como um texto pertencente à literatura genealógica medieval, mas que apresenta uma feição escritural do gênero “Espelho de Príncipes”. O conteúdo da obra coloca em relevo todo um código nobiliárquico de comportamento, que contrapõe virtudes e vícios, honra e desonra, apontando valores de exemplaridade ética, com o intuito de moralizar e modelar o conjunto das atitudes das elites dirigentes, conforme um ideal de comportamento virtuoso. Sobre este gênero da literatura normativa medieval, Jacques Le Goff (1999, p. 360) esboça a seguinte concepção:

O sistema cultural da Idade Média utilizou muito a imagem do espelho (*speculum*). Mais do que exprimir com isso a teoria, fundamental desde Santo Agostinho, do sinal ou do reflexo, cada realidade terrestre sendo apenas a réplica, mais ou menos bem sucedida, de um tipo, trata-se de mostrar que, ao contrário, a imagem no espelho é que é de fato a imagem ideal de realidade terrestre. Todo espelho é instrumento de verdade [...] mas, na maioria das vezes, o espelho renuncia a sua função metafísica, para tornar-se um gênero normativo ligado ao processo de moralização, de ilustração ética e cristã que se desenvolve no século XII e se generaliza durante a Idade Média tardia, a partir do século XII. Todo espelho se torna exemplar.

Sob este ponto de vista, na abordagem e interpretação da obra manuelina, convém delimitar, ainda, outro aspecto fundamental. Do núcleo narrativo do “Livro das Armas”, por exemplo, é possível extrair um conceito de nobreza, que quer dizer tanto a configuração de um grupo societário, dotado de privilégios especiais, quanto pode significar uma categoria moral distintiva e superior, que se auto-representa através de um padrão ideal de conduta ética e virtuosa. Como propõe Gibello Bravo (1999, p. 61):

Nobleza [...] proviene de una actitud “honesta”, capaz de conferir una posición elevada con respecto a los restantes miembros de la sociedad, que se hace heredable, pero esto no será suficiente por si solo para mantener los privilegios, sino que habrá de ser acompañado por la imitación de esas normas de conducta establecidas, incluyéndose entre ellas, por supuesto, el valor.

Em razão disso, na perspectiva de interpretação aqui levantada, entendemos a obra de D. João Manuel a partir de uma proposição essencial. No que diz respeito à sua funcionalidade ideológica, o “Livro das Armas”, por exemplo, constitui um discurso político de caráter linhagístico, elaborado sob uma forma literalizada. Numa época de

expansão da autoridade monárquica e de constantes deslocamentos nas posições sociais, a obra tem como finalidade maior garantir a legitimidade e a conservação do poder familiar linhagístico. O livro tem como fundamento e prática social subjacente ao exercício do poder, em especial, uma noção de nobreza enquanto categoria moral superior, conceito que justifica seu papel político ordenador e diretivo de toda a sociedade. A aprendizagem dos saberes sócio-morais revela-se, então, como complemento importante para a formação do comportamento proeminente, distintivo e modelar da camada social dirigente.

Para a demarcação dos traços mais marcantes e substanciais da produção literária e intelectual de D. João Manuel, é preciso, pois, situá-la dentro do conjunto das grandes tendências das obras de caráter didático-doutrinal, que caracterizaram largamente o contexto cultural de sua época.⁶ Em vista disso, torna-se necessário explicitar outras noções básicas, que contribuem para definir toda a literatura de conselhos e exemplaridade ética produzida no decorrer deste período. Com efeito, por obras didáticas entende-se aqui, em especial, todos aqueles textos de conteúdo moral, que foram escritos comumente com uma finalidade educativa e doutrinal, utilizando-se de variados recursos narrativos, como as historietas de exemplos, os “catecismos político-morais”, a trama novelesca, o esquema dialogal de perguntas e respostas, o sermão religioso, as sentenças, os contos e os apólogos. Todos estes textos têm em comum o objetivo essencial de orientar o comportamento social e moralizar a conduta humana. Por esta razão, como assinala Buenaventura, estão frequentemente ajustados às características e peculiaridades funcionais de um meio social e de um determinado público. A esse respeito, observa Buenaventura (1992, p. 403) que, nesta época, ler e ensinar são operações totalmente equivalentes:

La literatura medieval hispana posee una calidad humana de la que carecen los libros científicos. Generalmente está destinado a um publico concreto con el que el autor pretende comunicarse [...]. Leer equivale en Berceo, en Don Juan Manuel y en otros muchos a enseñar.

Nesta perspectiva analítica, conforme tem mostrado grande parte da crítica literária e histórica dedicada ao estudo do autor, suas obras enquadram-se na vertente do chamado didatismo doutrinal e moralizante, que tão forte influência exerceu no desenvolvimento da cultura hispânica da Baixa Idade Média. Para Ramón Menéndez Pidal, as obras de D. João Manuel constituem o apogeu de toda uma ampla tradição

didática, que teve um dos seus marcos mais decisivos durante o final do século XII e, mais especialmente, na segunda metade do século XIII, no reinado de Afonso X.⁷

Dentro da literatura didática medieval, tem-se, pois, um conjunto bastante diversificado de obras. Além disso, como o caráter doutrinal e moral perpassa a maioria dos textos medievais, devido aos valores religiosos estruturantes da sociedade cristã, Marta Haro Cortés estabelece uma tipificação mais pormenorizada destas obras. Assim, a autora propõe uma tipologia de classificação destes textos a partir de três grupos fundamentais: a) as obras que participam deste caráter doutrinário (próprio do medievo), porém, que não foram concebidas com uma finalidade exclusivamente didática; b) aqueles textos nas quais a doutrinação é implícita (as obras hagiográficas e religiosas, historiográficas, científicas, legais, de recreação etc.); c) todas aquelas manifestações destinadas a reger e modelar a conduta e o perfil humano do indivíduo (HARO CORTÉS, 1995, p. 16). Sob este enfoque tipológico, pode-se dizer que a obra de D. João Manuel pertence, mais particularmente, a este último grupo.

Desde fins do século XIII e meados do século XIV, os “Espelhos de Príncipes” assumem um papel cada vez mais significativo nas práticas culturais, destinadas à educação das altas camadas sociais e dos setores dirigentes da sociedade. D. João Manuel constitui figura proeminente neste movimento intelectual. Segundo afirma Ladero Quesada, o escritor teve um papel bastante relevante no desenvolvimento destas novas tendências do didatismo cultural do período. Para o autor:

Las diversas formas de expresión literaria siguieron proporcionando un apoyo apreciable a la instrucción religiosa y moral de algunos sectores de la sociedad. La literatura didáctica alcanzó su mejor época en el siglo XIV con figuras señeras como Don Juan Manuel, Juan Ruiz, arcipreste de Hita y Pedro López de Ayala, y tuvo algunos continuadores en el XV, en especial Iñigo Lopez de Mendoza, marqués de Santillana. Los “espejos de príncipes” de diversos tipos continuaron ejerciendo influencia educadora. (LADERO-QUESADA, 1995, p. 27).

De uma maneira geral, grande parte das obras produzidas por D. João Manuel foram concebidas com uma clara orientação moralizante e instrutiva, através da qual emergem nitidamente os fundamentos axiológicos essenciais de um campo exclusivo de normatividade da conduta social. Nelas transparece todo um sistema bastante seletivo de valores sociais e um conjunto amplo de ensinamentos práticos plenamente ajustados ao modo de vida aristocrática. Neste sentido, o autor corporifica em suas obras um verdadeiro programa educativo para a formação da nobreza. Seus livros funcionam

tanto como uma espécie de guia prático de normas de comportamento social quanto assumem igualmente a forma de um ideário de educação religiosa e política.

As inúmeras e detalhadas referências normativas, que os textos manuelinos propõem sobre a arte do bom comportamento e do bom governo, sem dúvida alguma, convertem seu autor em um dos grandes representantes da pedagogia nobiliárquica medieval. Toda a sua formulação discursiva de caráter moralizante tem assim uma dimensão eminentemente pedagógica e instrutiva, que visa garantir e reforçar o estabelecimento de uma estreita relação de pertença da nobreza à alta posição hierárquica de seu estado social. Numa época de crise e afrouxamento dos laços sociais, a intencionalidade didática dos textos manuelinos atendia, pois, a necessidade primordial de ordenação e ajustamento da categoria nobre a um padrão disciplinar de excelência moral.

De acordo com Huizinga, a literatura surgida em fins da Idade Média reflete amplamente estas aspirações de conservação da ordem, nascidas no interior do extrato social da nobreza. Para o autor, os homens deste período, avessos a todo o tipo de evolução e transformação da vida política e social: “persistiam em considerar a nobreza como a mais elevada força social e atribuíam-lhe uma exageradíssima importância, desvalorizando o significado social das classes mais baixas”. (HUIZINGA, 1960, p. 53-54). De todo o modo, tratava-se de afirmar os fundamentos de uma hierarquia moral, como forma de referendar os atributos e noções fundamentais de toda uma ordem social. Em última instância, buscava-se sancionar moralmente os componentes hierárquicos e distintivos de um sistema de estratificação social baseado na ordem estamental. Tais aspectos servem de base para configuração de um *ethos* aristocrático, que atua como forte fator de diferenciação social das elites nobiliárquicas face aos demais membros da sociedade. No âmbito particular das concepções imobilistas da sociedade baixo-medieval castelhana, como assinala também Luciana de Stefano (p.374-375):

Pertenecer plenamente a un estamento significaba adquirir, hasta fundirlas con la propia sangre, por así decir, unas determinadas formas de vidas, más exigentes cuanto más alto era el estamento o el grado que se ocupaba dentro de él. Estas formas eran la configuración de un ethos, y se adquirían mediante una educación orientada, no tanto a la adquisición de conocimientos objetivos cuanto a la formación de una personalidad dotada de un sentimiento aristocrático, en el sentido originário de la palabra.

Em decorrência disso, a educação da nobreza constitui tema recorrente e matéria literária preponderante em seus escritos. No “Livro do Cavaleiro e do Escudeiro”, por

exemplo, o autor elege como centro da sua narrativa os ensinamentos transmitidos por um velho cavaleiro a um jovem e inexperiente escudeiro. O livro consiste basicamente numa breve exposição dos principais conhecimentos e valores morais constitutivos do modelo ideal do cavaleiro cristão. Neste texto, a figura do cavaleiro ancião desempenha, portanto, a função de orientar e conduzir o ritual iniciático de aprendizagem do escudeiro nas virtudes e normas peculiares à Ordem de Cavalaria. Segundo D. João Manuel, a cavalaria representa o estado social mais honrado entre os leigos. Tal fato é decorrente do alto ideal que permeia sua atuação no corpo da sociedade, pois ao cavaleiro é atribuída a nobre missão de defender os demais membros da Cristandade. Sua superioridade na ordem social e política deve-se também, como observa D. João Manuel, “porque deste estado son los reys et los grandes sennores” (CASTRO Y CALVO, 1955, p. 13). Para o autor, ao cavaleiro cristão corresponde um tipo específico de instrução, pois enquanto protetor da fé cristã e defensor dos povos, sua missão exige boa conformação física e conduta moral virtuosa.

O livro manuelino contém, assim, um resumo enciclopédico de saberes, que compreende desde princípios religiosos, noções de astronomia e de ciências naturais, ao lado de normas sociais e regras de cavalaria (STEFANO, p. 338-340). Para a elaboração desta obra, D. João Manuel teve como inspiração e modelo, especialmente, o Livro da Ordem de Cavalaria, de Ramon Llull, texto escrito entre os anos de 1279 e 1283 (LLUL, 2000, p.XXV). Sobre a composição e o valor instrutivo de sua obra, diz D. João Manuel:

Et commo quiere que este libro fizo don Johan en manera de fabliella, sabet, sennor infante, que es muy buen libro et muy aprouechoso. Et todas las razones que en el se contienen son dichas por muy buenas palabras el por los mas fermosos latines que yo nunca ou dezir en libro que fuese fecho en romance; et poniendo declarada mente et conplida la razon que quiere dezir, pone lo en las menos palabras que pueden seer.

No “Livro Infinito”, D. João Manuel esboça também um verdadeiro guia prático de conduta, destinado agora à instrução de seu filho, D. Fernando. Na obra, o escritor castelhano expõe toda uma série de conselhos de intenções moralizantes que estão voltados a orientar o comportamento político e social do jovem nobre. Já o Livro dos Estados (1327 e 1330) é uma das obras de maior relevância teórica e significação doutrinal dentro de toda a produção literária manuelina. O livro apresenta-se igualmente como uma obra de educação principesca e nobiliárquica, ao mesmo tempo em que constitui um notável tratado político-teológico e moral de doutrinação geral da

sociedade cristã, escrita por um leigo.⁸ “No Livro dos Estados” o autor desenvolve suas principais concepções teóricas sobre os pressupostos básicos de funcionamento da ordem social e política salientando suas ideias relativas ao governo dos príncipes e à organização das instâncias de poder. Os assuntos que mais preocupam a D. João Manuel nesta obra vinculam-se diretamente a alguns aspectos sócio-históricos característicos da sociedade baixo-medieval. Eles vão desde os aspectos referentes ao problema da salvação e à hierarquização da vida social até as questões relacionadas à formação moral dos Infantes e à instrução da conduta política dos governantes. O “Livro dos Estados” é formado a partir de uma estrutura novelesca. O enredo da narrativa está centrado nas relações estabelecidas entre um rei pagão, Moravan, seu filho e herdeiro, o Infante Johas, Turin, o preceptor do príncipe, e Júlio, um pregador cristão. O curso da narrativa gira em torno de uma exposição detalhada da doutrina cristã, cuja finalidade primordial é a salvação da alma e a cristianização do jovem príncipe pagão. Ao lado destes preceitos de edificação religiosa, o texto expõe também uma série de ensinamentos práticos, destinados à preparação do Infante Johas nas funções de governo.

Como vimos anteriormente, o “Livro das Armas” é essencialmente uma narrativa histórico-novelesca, que se integra a todo um amplo conjunto de obras da literatura nobiliárquica medieval, cuja mensagem fundamental destina-se a reforçar o poder e a conferir maior prestígio social aos membros das casas aristocráticas. Em linhas gerais, como observa Duby, o estabelecimento destes escritos de base genealógica corresponde, frequentemente, ao anseio político das elites aristocráticas de dar sustentação e legitimidade a um poder linhagístico. Afora isso, toda essa literatura mostra também uma forte preocupação com a transmissão e a conservação da honra senhorial conferida às grandes estirpes nobiliárquicas. Segundo o autor, “não há linhas, não há casas nobres antes que a honra se torne francamente hereditária”.⁹

Neste sentido, o “Livro das Armas” de D. João Manuel é construído sob a forma de um discurso eminentemente laudatório da honra e do padrão de exemplaridade ética da conduta da estirpe Manuel. A obra atua, portanto, em defesa de um modelo idealizado de comportamento, que outorga um papel sócio-político proeminente aos altos escalões da sociedade aristocrática linhagística. Do ponto de vista histórico e literário, o “Livro das Armas” tem sido valorizado também como um importante texto autobiográfico, onde o autor integra à narrativa suas próprias experiências pessoais.

Mas, como adverte Giménez Soler, se trata de uma construção autobiográfica de caráter altamente glorificador. Para o autor, o texto manuelino constitui:

[...] una especie de autobiografía; pero escrita en su propia glorificación; don Juan Manuel se siente en ella nieto de San Fernando y superior a cuantos descendían Del mismo tronco; don Juan Manuel contrapone las bendiciones y herencia que su padre don Manuel recibió del suyo a las maldiciones que recibieron los hermanos de su padre y que el linaje transmitió a sus herederos. (GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 213).

Dentro do âmbito da literatura genealógica medieval, o núcleo temático e os relatos da obra manuelina evidenciam, contudo, algumas especificidades escriturais bem marcantes. Em primeiro lugar, porque a obra não apresenta a configuração de uma linha de sucessão genealógica formal dos antepassados do escritor. A obra não é, portanto, um livro propriamente de linhagens, no sentido de apresentar um esquema formal de genealogias, pois, não contém a abrangência de um nobiliário de sucessão familiar. Entretanto, o livro insere-se também visceralmente no sistema de valores da cultura aristocrática, que tem na valorização da procedência nobre de linhagem e nas relações de parentesco, os seus eixos básicos de referência social (MATTOSE, 1980, p. 26). A memória familiar reconstituída no texto manuelino baseia-se na recordação das histórias narradas por membros de sua parentela ou por pessoas ligadas estreitamente à esfera privada de sua casa. O autor restringe o campo de sua narrativa a um reduzido número de figuras de especial prestígio social e poder de mando dentro do sistema político dos reinos ibéricos. O texto compõe-se basicamente de relatos breves, centrados na memória de episódios da história familiar e política dos monarcas hispânicos e de alguns representantes da alta nobreza, notadamente os infantes e figuras proeminentes da Casa Real de Castela e da Coroa de Aragão (RUIZ, 1989). O processo de construção e transmissão da memória linhagística, tal como se encontra exposto na obra de D. João Manuel, manifesta-se, pois, de modo bastante recortado e restritivo. Este aspecto da obra nada tem, contudo, dos incessantes lapsos do esquecimento que toda memória individual ou coletiva pode comportar.¹⁰ Não se trata, portanto, propriamente de esquecimento, mas de um critério de seletividade posto em vigor pelo autor, no momento de composição da obra. É necessário sublinhar que D. João Manuel re-elabora sua história familiar em função de sua identidade social, de seus interesses específicos em demonstrar a relevância de sua estirpe e a importância de sua posição na sociedade. Nas obras da literatura familiar da Idade Média, o lugar da memória linhagística é

também o lugar do poder e da proeminência social das relações de parentesco (DUBY, p. 68-169).

Afora isso, o “Livro das Armas” se distingue de outros textos da literatura aristocrática medieval, porque ao mesmo tempo em que evidencia um forte sentimento de consciência social de linhagem, assinala também o surgimento de um processo crescente de individuação e singularização na descrição das figuras históricas retratadas.¹¹ No que se refere, mais precisamente, à concepção de linhagem em D. João Manuel, é preciso reportar-se também a outros textos de sua produção literária. Em virtude disso, como expressão máxima desta forte consciência de estirpe, cabe ressaltar que o próprio escritor procura assinalar no “Livro Infinito” a noção de linhagem, salientando a importância e o significado da coesão das relações parentais, para a manutenção do poderio das grandes Casas. A esse respeito, suas observações acerca do significado dos vínculos estreitos que devem reger as relações internas no seio das estruturas linhagísticas são bastante esclarecedoras.¹²

Nelas, o escritor reitera sua forte preocupação com a rede de solidariedade intragrupal, aspecto que constitui fator basilar para assegurar a estabilidade e o poder social das grandes casas nobiliárquicas. É dentro desta perspectiva de análise, que se pode vislumbrar mais amplamente o próprio conceito de linhagem na obra do autor castelhano. Conforme D. João Manuel:

La segunda manera, de amor de linage, es quando omne á linage con otro [et] conviene quel ame por la linaje, [et quanto el linaje] es mayor et más acercado, tanto debe ser el amor mayor. Et este nombre de linaje es sacado [de linha], ca linaje quiere decir tanto commo linna de generación. Et commo quier que naturalmente los que son de un linaje se deven amar, porque a las vezes non lo fazen todos commo devríen, conséjovos que por muy pariente que sea, que ante provedes lo que tenedes en él [ante que] mucho vos aventuredes por él. Et desque lo oviéredes provado, obrad con él commo biéredes quél obra convusco, toda vía faziendo vos más por él, que él por vos, porque finquedes dél siempre sin verguença. Et la prueba desto es que qualquier que esto fizo se falló ende bien et el contrario. (BLECUA, 1982, p. 129).

A partir disso, pode-se dizer que o escritor desenvolve uma percepção bastante clara de que, junto aos importantes imperativos do parentesco de sangue¹³, outros elementos das trocas afetivas e da convivialidade devem associar-se para cimentar a solidez, a coesão e a unidade da estrutura familiar linhagística. Conforme assevera o escritor, quanto mais alta a posição da linhagem, maior deve ser a amizade entre seus membros. Evidentemente, D. João Manuel manifesta uma aguda consciência acerca das

discórdias e querelas que engendram a conflitividade familiar e ameaçam a estabilidade das estirpes. A consciência genealógica produz assim uma nova sensibilidade aristocrática face ao papel dos laços afetivos e dos valores dentro das próprias estirpes. Tais elementos contribuem para dar uma marca mais psicológica às relações familiares.

Com efeito, para a manutenção da força de cada estirpe tornava-se necessário o reforço permanente de um sistema moral apto a regular as relações dentro do grupo familiar. Além disso, a sólida formação moral dos membros de uma alta Casa nobiliárquica atendia também aos imperativos e anseios de projeção social externa da linhagem. (FLANDRIN, 1992, p. 23-24).

Em vista de todos estes aspectos, a obra manuelina tem uma importante função normatizadora e educativa, na medida em que a linhagem familiar constitui tanto um poder quanto um meio, por excelência, na transmissão de valores, e atitudes compatíveis com a honra familiar. Embora a noção de estirpe tenha sua estrutura basilar, no sentido de pertença a um agrupamento de sangue e de sustentação hereditária, o “Livro das Armas” evoca largamente o binômio: nascimento e cultivo dos bons costumes. A obra dá ênfase, portanto, aos imperativos morais e aos deveres que o nobre deve ter para com a conservação da honra da linhagem ancestral.

O propósito principal da obra de D. João Manuel é o de exaltar a superioridade moral, o poder e a proeminência de sua linhagem face aos membros da família real de Castela (monarcas, rainhas, infantes). Neste sentido, o “Livro das Armas” é portador de um rigoroso discurso político-moral, que procura afirmar o poder de sua Casa nobiliárquica, mediante a descaracterização ética e política da autoridade régia da coroa castelhana.

No que se refere à composição do “Livro das Armas”, os acontecimentos circunscritos no entorno da narrativa apresentam um marco temporal bastante preciso. Os episódios narrados por D. João Manuel situam-se entre o nascimento de seu pai, o infante D. Manuel, em 1234, e a morte de seu primo, o monarca Sancho IV, em 1295. Para apreender, mais plenamente, o sentido dessa obra, é preciso remetê-la ao entorno das cortes régias ibéricas. Pois, as principais figuras retratadas no “Livro das Armas” são reis, rainhas, princesas, infantes e nobres das Coroas de Castela e Aragão: o rei Fernando III, o Santo e D. Beatriz de Suábia, os avós do escritor, Afonso X e a rainha Violante, Jaime I de Aragão e Violante da Hungria, o rei Sancho IV, os infantes D. Manuel e D. Enrique e a princesa D. Constança.

A primeira parte da obra destina-se, pois, a esclarecer o significado das armas, que simbolizam e expressam a identidade nobiliárquica da linhagem Manuel. Para o autor, elas traduzem os altos ideais cristãos e a herança gloriosa do poderio da estirpe. Seu pai ocupa aqui um lugar preponderante na narrativa como figura exemplar de uma estirpe vocacionada para a defesa da justiça e dos altos valores morais e espirituais da Cristandade. O início do “Livro das Armas” procura, portanto, demarcar claramente as origens e os primeiros momentos constitutivos da linhagem Manuel.¹⁴ Evidentemente, o autor quer realçar a superioridade da sua origem linhagística, remontando ao excepcional nascimento de seu pai. Na realidade, pode-se dizer que a obra se inicia com o relato descritivo da formação de sua estirpe. O nascimento excepcional da figura paterna lança as bases para o destino frutuoso e glorioso da linhagem. A construção literária destes primeiros momentos de formação da estirpe remete, portanto, a um aspecto primordial na definição social da alta nobreza: o nascimento elevado do chefe de linhagem. A disposição e a ordem de colocação dos assuntos abordados são bastante precisas, pois, primeiro, em função de uma ordem bem estabelecida de relevância, o autor situa o nascimento do pai, depois descreve os símbolos heráldicos, que identificam socialmente a superioridade linhagística da Casa Manuel. Com isso, o escritor quer mostrar que a posse das armas e a outorga das distinções honoríficas dependem, fundamentalmente, do alto nascimento. Complementam-se assim, dois elementos importantes na afirmação da hierarquia linhagística, e que configuram a representação social desta mesma posição de superioridade na sociedade. De qualquer modo, o lugar dado ao nascimento constitui aspecto fundamental de toda a literatura aristocrática de carácter genealógico (DUBY, 2001). Naturalmente, a preocupação do autor é remontar ao fundador da Casa Manuel, a fim de explicar e corroborar a distinção de sangue e a dignidade de procedência da estirpe. Como observa Duby, é em torno de uma memória da filiação da linhagem, que se organizam todas estas narrativas da literatura aristocrática.

Com efeito, o tema do nascimento ilustre representa um dos eixos basilares para a construção das estruturas narrativas da literatura medieval. A narrativa consagrada ao nascimento do Infante Manuel constitui um dos trechos de maior expressividade do “Livro das Armas”. Nela o autor assegura o destino excepcional de sua linhagem, colocando-a moralmente acima de todas as demais estirpes do reino de Castela, inclusive a da própria família real. Para a construção da imagem modelar da figura paterna, D. João inicia a primeira razão descrevendo um sonho premonitório que teve a

rainha Beatriz, sua avó, quando estava grávida de D. Manuel, seu pai. Segundo o relato do escritor, D. Beatriz sonhou que por aquele filho e por sua linhagem seria vingada a morte de Jesus Cristo. Conforme o relato manuelino:

Dígovos que a estos sobredichos oý que quando la reyna donna Beatris, mi abuela, era en çinta de mío padre, que sonnara que por aquella criatura et por su linage avía a ser vengada la muerte de Jesucristo. (BLECUA, p. 76).

Dom João Manuel expressa aqui nesta¹⁵ passagem do texto uma reatualização dos valores cristãos da aristocracia guerreira, forjados na sociedade feudo-clerical (FRANCO JUNIOR, 1982, p. 99) pelos ideais de Guerra Santa da Reconquista ibérica. Evidentemente, a luta contra os muçulmanos significava o comprometimento com os valores éticos plasmados na figura do Soldado de Cristo (*militia Christi*). Com isso, operava-se uma ressignificação do modelo ético-cavaleiresco de comportamento, que associava intimamente, ao lado dos atributos da coragem, da proeza e da valentia, os princípios cristãos fundamentados nas virtudes teologais (fé, esperança e caridade) e nas cardinais (justiça, fortaleza, prudência e temperança). A grandeza da linhagem Manuel nascia assim por uma vocação guerreira especial. Mais do que isso, o autor credita à sua linhagem um destino religioso-messiânico superior ao acentuar que, particularmente por sua estirpe seria vingada a morte de Cristo. De acordo com Maria Cecília Ruiz:

[...] El aristócrata basaba en gran parte su autovaloración en el grado en que contribuía a esta empresa religiosa de dimensión universal. Al identificar su persona con su grandeza, el aristócrata se autoengrandecía, y también justificaba así su existencia noble. Según el planteamiento del Libro de las Armas, Dios eligió al linaje de los Manueles para dar nacimiento al que habría de acabar esta misión, la más importante, la de vengar la muerte del hijo de Dios. Habría sido difícil concebir honor más alto que éste para el guerrero Cristiano. (RUIZ, p. 79).

A imagem da linhagem Manuel corporificava assim uma missão messiânica e um conjunto de valores que tipificavam e justificavam um modelo de conduta militar sublimado e ideal. Dentro do contexto da Reconquista cristã ibérica, este ideal era decorrente de um longo processo de vários séculos de teologização da guerra (FRANCO JUNIOR, p. 155-1580). Segundo mostra Flores Arroyuelo (1982, p. 89):

La nobleza pasó a apropiarse de la idoneidad del Caballero se adueño del modelo cultural que representaba y lo colocó en un lugar al que

ahora se llegaba a través de unas condiciones y un ritual en que ya solo podían tomar parte los elegidos, ellos, que también ponían las reglas.

Tal modelo de caráter ético-teológico na definição do *ethos* cavaleiresco configurava-se, pois, a partir da junção e complementação das virtudes guerreiras com os ideais místicos de fé. Neste sentido, percebe-se que o escritor pretende reavivar o espírito e a legitimidade moral da função guerreira revestindo-a de um alto ideal ético. Como assinala também Huizinga (p. 65):

Mas o pensamento medieval não permitia formas ideais de nobreza independentes da religião. Por essa razão a piedade e a virtude têm de ser a essência da vida do cavaleiro. A cavalaria, porém, nunca virá a realizar perfeitamente esta função ética. A sua origem terrena impede-lho. Porque na origem da idéia cavalheiresca está o orgulho que aspira á beleza, e o orgulho formalizado dá lugar à concepção da honra, que é o cerne da vida nobre.

No prosseguimento deste primeiro relato, o escritor introduz também no texto uma comparação entre o nascimento de seu pai e o do primogênito do rei Fernando III, o futuro monarca Afonso X. Segundo D. João Manuel, o sonho da rainha Beatriz, quando estava grávida de seu pai, foi acompanhado por uma mensagem divina, trazida por um anjo: “Angel que fue mesajero a la reyna quando sonno el suenno que desuso es dicho” (BLECUA, p. 76). Já as circunstâncias do nascimento do rei Afonso X, segundo D. João Manuel, foram totalmente distintas:

[...] et ella díxolo al rey don Fe[r]rando, su marido; et oy dezir que dixerá el rey quel parecía este suenno muy contrario del que ella sonnara quando estava en çinta del rey don Alfonso, su fijo, que fué después rey de Castiella, padre del rey don Sancho; pero, pues así era, que parase mientes en lo que naçeria et que rogassen a Dios que lo endereçase al su servicio. (BLECUA, p. 76).

Com esta estratégia literária, o autor esboça seu primeiro ataque político à linhagem real castelhana. Pelo relato do escritor, a linhagem Manuel desde o nascimento de seu pai, já contava com o especial favorecimento religioso dos sinais da eleição divina. Esta dimensão do messianismo político que assume a narrativa manuelina¹⁶, especialmente, ao propor o paralelismo entre o nascimento do Infante D. Manuel e o de Afonso X, como mostra Díez de Revenga (1982, p. 110), contém uma formulação de natureza carismática:

[...] nos interesa el ambiente de leyenda que se respira e que se va traduciendo en la formulación de un cierto carácter carismático que don Juan quiere para su padre y para su estirpe. El sueño ya es un elemento muy literario y tradicional a la hora de atribuirle un carácter premonitorio, relacionable, como señala Devoto con “la lista de presagios embarazosos de Hecuba en adelante”, tradición literaria cuya evidencia nos exime de un comentario más detallado.

De acordo com a narrativa, fica claro que a intenção política de D. João Manuel era a de equiparar o pai ao patamar e a posição proeminente de um verdadeiro monarca de origem divina. Naturalmente, o exercício do poder político se justifica aqui pelo cumprimento de uma missão divina superior. Com efeito, os pressupostos teológicos representam um dos primeiros elementos de justificação moral da autoridade dos reis.¹⁷

Outro sinal político-messiânico distintivo do poder paterno reside na escolha de seu próprio nome: Manuel. Nesta passagem do texto, o escritor busca uma fundamentação etimológica e simbólica no Evangelho de São Mateus (1, 23), do qual recolhe e incorpora todo o sentido messiânico expresso no nome Manuel. De acordo com a narrativa:

Et quando fue cumplido el tiempo e que la reyna ovo acaecer fue en carión, et vieron que nació fijo [...]. Et pues que bieron que era fijo varón, el rey et la reyna començaron a cuydar qué nombre le ponían; et acaesçió que era y connellos el obispo de Segovia, que avía nonbre don Remón, que fué despues arzobispo de Sevilla, [et] era muy buen omne et de muy sancta vida et amávanle mucho el rey et la reyna et fiavan mucho en él, et acordaron que era bien que este obispo de Segovia batease al infante et quel pusiesse nombre. Et el obispo, sabiendo el suenno que la reyna sonnara por voluntad de Dios, dixo al rey et a la reyna que si por bien toviesen, que era bien de poner no[n]bre que fiziesse a lo que dava a entender aquel suenno. Et por ende quel pusiessen nonbre Manuel, en que à dos cosas, la una [que] es uno de los nonbres de Dios, la otra que Manuel quiere dezir “Dios conusco”, pues dase a entender que si tanto bien avía de venir en la cristandad et en la nasçencia deste infante, que era poder del nonbre de Dios, et que Dios era conusco. (BLECUA, p. 76-77).

Quanto à procedência do nome Manuel, atribuído ao Infante castelhano e à sua linhagem, é preciso considerar alguns aspectos importantes acerca dos costumes onomásticos existentes na Casa Real de Castela. De um modo geral, pode-se dizer que existe uma certa regularidade onomástica nos costumes das grandes estirpes nobiliárquicas e nas famílias reais.¹⁸ Com efeito, fixar a memória e a grandeza dos antepassados pelo uso regular de alguns nomes, especialmente nas famílias mais proeminentes, constitui um elemento importante para a afirmação da identidade aristocrática. Nos círculos aristocráticos da sociedade medieval, o nome é signo de uma vocação ou indicativo da procedência, do lugar, do solar da estirpe, mas também é

marca de prestígio social e sinal visível de continuidade do poder linhagístico ao longo das gerações.¹⁹ Segundo a onomástica da família real, o nome Manuel, atribuído ao Infante e, posteriormente, também à sua linhagem, recordava os antepassados maternos de Beatriz, cuja mãe, Irene, era filha de Isaac II Angelos, imperador de Bizâncio.²⁰ Neste aspecto, a escolha do nome Manuel, por parte dos soberanos castelhanos, alterava uma certa regularidade onomástica mantida na família real. Tal fato permitiu a D. João Manuel explorar melhor o significado etimológico e simbólico presente no nome de seu pai, contribuindo para a afirmação de uma identidade dotada de forte e especial sentido messiânico.

No decurso da narrativa do “Livro das Armas”, D. João Manuel põe em destaque o tipo de educação ideal que seu pai recebeu, sob a orientação dos conselheiros do monarca Fernando III e da rainha Beatriz. Segundo os valores expressos nos princípios educativos²¹ da sociedade nobiliárquica da época, os jovens da alta nobreza e os Infantes das famílias reais, em geral, eram criados na Corte ou junto à casa de um aio ou conselheiro, que detinha a função de orientar seus primeiros anos de formação. Com efeito, na Idade Média, de acordo com os modos de funcionamento dos processos de socialização empregados comumente nas sociedades tradicionais, grande parte da educação recebida pelos leigos tem como base um núcleo familiar privado (CAMBI, 1999, p. 176). Em decorrência destas práticas educativas, o Infante D. Manuel foi instruído por homens de confiança da Casa Real.

Nesta passagem da obra, assinala D. João Manuel a formação exemplar que seu pai teve ao lado do chanceler do reino de Castela, D. Pero Lopez de Ayala. Sob a orientação cuidadosa do chanceler, o Infante foi criado nas localidades de Vilamundo e Mayamundo. Sua educação era semelhante à que ele mesmo havia recebido de Afonso Garcia, um cavaleiro muito experiente e dos bons costumes, que vivia em sua casa.

D. João Manuel foi um crítico exarcebado da educação ministrada em sua época. Na visão social conservadora do escritor (MARAVALL, p. 485), os infantes da família real eram criados com muito mais autoridade no tempo de seu pai, que nos anos seguintes. Para o autor, as grandes transgressões morais e religiosas verificadas na criação dos filhos dos reis constituíam uma grave ameaça à conservação da ordem social e política do reino. Preocupado em retomar os procedimentos de uma educação tradicional, o escritor aponta os males que afligiam os costumes da sociedade de sua época. Como refere D. João Manuel:

Et porque entonçe non era costumbre de criar los fijos de los reys com tan Grant locura nin con tan grant bufana commo agora, toviendo que las grandes costas que las devían poner en serviçio de Dios et en acrecentamiento de la sancta fe et del reyno, et que lo que se podía escusar de la costa que lo devían guardar para esto, criavan sus fijos guardando la salud de ses cuerpos la más simple mente que podían; así que luego que los podían sacar de aquel lugar que nascían, luego los davan a alguno que los criase e su casa. (BLECUA, p. 77).

Também neste texto, a educação da nobreza e dos príncipes mostra-se como objeto de especial atenção e significado nas concepções do pensamento político e social de D. João Manuel. A esse respeito, importa correlacionar este enunciado do “Livro das Armas” com os materiais educativos encontrados nas demais obras do autor, que circunscrevem preceitos instrutivos voltados à formação da nobreza. Com efeito, a instrução hierárquica das camadas aristocráticas tem seu núcleo básico de conformação e difusão, principalmente, no esteio das casas privadas da nobreza e no ambiente da cultura senhorial. Assim, no que tange à produção intelectual de D. João Manuel, seus escritos, de caráter marcadamente moralizante, demonstram amplamente, o papel singular que as práticas educativas e a difusão dos saberes passam a desempenhar na sociedade, notadamente no âmbito de certos setores letrados das elites nobiliárquicas de fins da Idade Média.

Texto publicado sem revisão da autora.

Abstract: The present text aims at approaching the moral and political conduct codes prevailing within the litterate circles of the secular nobility in Castela and Leão during the first decades of the XIV century. It comprises an analysis of the knowledge and political practices inherent to the conformation of an ethical and virtuous model aimed at the princely and noble elites of Early Middle Age. Our main source of information are the literary texts of the moralizing narrative of D. João Manoel (1282-1348), who belonged to the high Spanish aristocratic circles.

Key words: Nobility. Culture. Power.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa “Cultura e poder”.

Endereço eletrônico: elianaavilasilveira@hotmail.com

² Dentro do âmbito das abordagens historiográficas sobre o papel e as características da educação aristocrática, na sociedade medieval hispânica, cumpre salientar alguns estudos importantes. Para tanto, ver: ALFONSO, 1964; BUENAVENTURA, 1992, p. 403-474; 1995, p. 99-127; CASTRO Y CALVO, 1940; PALACIOS MARTÍN, 1995, p. 315-325; SÁNCHEZ RODRIGUEZ, 1986; VICENTE PEDRAZ, 1996; LADERO QUESADA, 1995, p. 105.

³ Um estudo extremamente significativo acerca desta temática, pode ser visto também no artigo de: MENJOT, 1995, p. 217-231.

⁴ Sobre cultura e educação na Baixa Idade Média hispânica, veja-se também da mesma autora: 1996, p. 3; 1998.

⁵ No que diz respeito ao campo dos saberes e seus vínculos diretos com o poder, Jacques Verger (1999, p. 177) sublinha igualmente que, no decorrer dos séculos XIII e XV, aparecem “(...) um ou mais príncipes sábios que souberam se cercar de letrados a quem eles encomendaram as obras de ideologia de propaganda destinadas a favorecer seus esforços de modernização do Estado.”

⁶ HARO CORTÉS, 1995, p. 16. Como observa Deyermond (1999, p. 241): “La prosa literaria de estos doscientos años cae en su mayor parte dentro de las tres categorías de composiciones didácticas, crónicas y ficciones. Estas distintas categorías se translanan en cierta medida y se dan dentro de ellas importantes grupos subsidiarios, tales como el de la biografía, libros de viaje y tratados políticos.”

⁷ MENENDEZ PIDAL, 1972. Também Germán Orduna (1977) chama a atenção para este grande traço distintivo e característico de toda a obra literária de D. João Manuel.

⁸ O Livro dos Estados é uma das obras mais estudadas da produção intelectual de D. João Manuel. A obra tem sido considerada como um dos tratados doutrinários de maior significação para o entendimento das relações sociais na Baixa Idade Média castelhana. Sobre os traços primordiais que caracterizam e identificam a natureza teórico-doutrinal do Livro dos Estados. Ver: ARALUCE CUENCA, 1976. Outras obras importantes que abordam o amplo significado sócio-histórico do Livro dos Estados são: RODRÍGUES PUÉRTOLAS, 1976; STEFANO; RUIZ, 1989; VICENS PEDRAZ, 2002; LIDA DE MALKIEL, 1966, p. 92-133.

⁹ Em seu texto “Observações sobre a literatura genealógica em França, nos séculos XI e XII”, George Duby chama a atenção sobre a importância que tem o estudo da literatura genealógica, principalmente, para o conhecimento da mentalidade e das relações de parentesco na aristocracia. De acordo com o autor: “Os antepassados revestem-se assim de outra aparência na consciência de seus descendentes. Não somente transmitiram os títulos de poder político, mas também uma herança de glória, uma ‘honra’ – tomemos desta vez a palavra no sentido moderno do termo – de que os herdeiros devem mostrar-se dignos. Ao tornar-se exemplar, esta literatura insere-se perfeitamente no clima de concurso permanente que banha, em torno do príncipe, o ambiente dos jovens. Contribui para a construção de sua moral peculiar. O estudo deste gênero de escritos mostra-se também suscetível de trazer um útil contributo para a história da ética da cavalaria e para a formação de uma consciência de classe cujo papel é fundamental na evolução, nesta época, da noção de nobreza”. DUBY, 1989, p. 165-168. Sobre a literatura aristocrática desenvolvida na sociedade medieval ibérica, veja-se: MATTOSO, 1980. Também a compilação de textos: MATTOSO, 1983 (seleção, introdução e comentários). Para uma abordagem da cultura aristocrática hispânica, veja-se: BECEIRO PITA, 1990, p. 329-349.

¹⁰ A esse respeito, ver: CUESTA BUSTILLO, 1998, p. 12-16. Além desta obra pode-se consultar também: LE GOFF, 1992, p. 451.

¹¹ Para Beceiro Pita e Cordoba de La Llave, os séculos XIII e XIV indicam o desenvolvimento de uma forte consciência de linhagem nas famílias aristocráticas castelhanas. Segundo os autores: “desde los años centrales del siglo XIII se hace explícita la conciencia de linage. Se atestiga, em primero lugar, en la mención del término en los textos narrativos y jurídicos. Se encontra [...] con relativa abundancia a partir de los años centrales de la centuria, y fundamentalmente en los códigos alfonsinos y en la obra de Don Juan Manuel”.

¹¹ Segundo mostra Rodríguez Puértolas, no quadro das relações sócio-políticas de caráter ainda fortemente feudal, tanto fora como no interior das estirpes, constitui condição importante para a sobrevivência e conservação da vida senhorial. Para o autor: “Dentro de este esquema de sospecha y sobressaltos, y dentro también Del sistema de relaciones feudal, es de fundamental valor contar com parientes, allegados y amigos que se agrupen em torno al gran señor. PUÉRTOLAS-RODRIGUEZ, Julio. *Literatura, historia, alineación*. Barcelona: Editorial Labor, 1976. p. 56.

¹² Segundo mostra Rodríguez Puértolas, no quadro das relações sócio-políticas de caráter ainda fortemente feudal, tanto fora como no interior das estirpes, constitui condição importante para a sobrevivência e conservação da vida senhorial. Para o autor (1976, p. 56): “Dentro de este esquema de sospecha y sobressaltos, y dentro también Del sistema de relaciones feudal, es de fundamental valor contar com parientes, allegados y amigos que se agrupen em torno al gran señor.”

¹³ De acordo com Beceiro Pita e Ricardo Córdoba da la Llave, a literatura baixo-medieval proporciona informações e dados significativos para o conhecimento dos modos de expressão dos afetos e da sensibilidade. Porém, como observam os autores: “El estudio de la sensibilidad colectiva y sus manifestaciones y, más concretamente, del ámbito de las relaciones afectivas es uno de los que plantea más problemas al historiador. Para la época medieval se hace particularmente evidente. A la dificultad para sistematizar el sentimiento en cualquier época, por su carácter aleatorio, hay que unir las propias del investigador inmerso en un sistema de valores diferentes, como es el actual, y las limitaciones impuestas por el número y tipología de las fuentes documentales. En efecto, algunos historiadores consideran el

sentimiento familiar como algo propio de la sociedad contemporánea. Inconscientemente, se da en ellos una sobrevaloración de la época actual y de nuestra concepción del afecto como la única válida”.

¹⁴ Com efeito, a origem das estirpes nobiliárquicas apresenta-se como um tema recorrente em toda a literatura genealógica produzida ao longo da Idade Média. Para tanto, veja-se, em especial: MATTOSO, José. *Narrativas dos livros de linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

¹⁵ Conforme assinala Garate Córdoba, a própria legislação afonsina demarcava os princípios e as razões do direito de guerra. Sendo que alguns desses pressupostos não deixam de incitar a uma retificação do conceito de Guerra Santa, noção já fortemente ancorada na mentalidade cristã hispânica. De acordo com o autor: “Insistia el Rey en la gravedad de la decisión bélica, compareciéndole poco las prevenciones anteriores: ‘Mover guerra es cosa en que deben parar mucho mientes los que la quieren hacer, para que la hagan con razón y derecho’. Que de esto nacen tres grandes bienes: - Que ayuda Dios; - Que ellos se esfuerzan más en sí mismos por el derecho que tienen; - Que los que lo oyen, si son sus amigos, ayúdanlos de mejor voluntad, y si enemigos, recélanse más de ello”. GARATE CÓRDOBA, 1967, p. 280.

¹⁶ Dentre os principais autores que têm assinalado esta aspecto da obra literária manuelina, vale destacar: CASTRO Y CALVO, 1945; ORDUNA, 1981, p. 119-142; RUIZ, 1989. DÍEZ DE REVENGA, 1982, p. 110.

¹⁷ Como propõe Kantorowicz (1998, p. 49): “A conjugação de duas esferas aparentemente heterogêneas, contudo, exercia uma atração peculiar em uma era ávida de reconciliar a dualidade deste mundo e do além, das coisas temporais e eternas, seculares e espirituais. Basta pensar na mistura de monge e cavaleiro postulada nas ordens da cavalaria espiritual para captar o padrão dos ideais que podem ter motivado aquele período. [...] o que importa aqui é apenas a persona mista na esfera política-religiosa, onde era representada principalmente pelo bispo e o rei, e onde a mistura referia-se à mescla de poderes e faculdades espirituais e seculares unidas em uma só pessoa.”

¹⁸ Para Isabel Beceiro Pitta e Ricardo Córdoba de la Llave: “Más claramente se advierte en la familia real una cierta preferencia en la elección como cognomen del nombre del infante fundador o de su forma patronímica mediante la adición de – ez: los Manuel, los Enríquez surgidos de don Enrique el Senador, o los futuros Enríquez del período trastamarista”. BECEIRO PITTA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, p. 77. Segundo Duby, a memória linhagística organiza-se em torno “da consciência de uma raça e de um sentimento de linhagem cuja expressão, cujo sustentáculo, é um cognomen, um apelido patronímico”. DUBY, p. 141.

¹⁹ Segundo Duby (p. 141), a memória linhagística organiza-se em torno “da consciência de uma raça e de um sentimento de linhagem cuja expressão, cujo sustentáculo, é um cognomen, um apelido patronímico”.

²⁰ Sobre os principais aspectos históricos que envolvem o caráter onomástico da linhagem Manuel, pode-se consultar o artigo de: LOMAX, 1982, p. 193-176.

²¹ Sobre as práticas educativas deste período, ver: BUENAVENTURA, 1992, p. 403-474; 1995, p. 99-127; ALFONSO, 1964; CASTRO Y CALVO, 1940; PALACIOS MARTÍN, 1995.

Referências:

ALFONSO, Marta. Ramon Llull y Juan Manuel. *Perspectivas Paedagogicas*, Barcelona, v.6, n.13-15, p.108-121, 1964.

ARALUCE CUENCA, José Ramón. *El Libro de los Estados. Don Juan Manuel y la sociedad de su tiempo*. Madrid: Jose Porrúa Turanzas, 1976.

BECEIRO PITA, Isabel. *La conciencia de los antepasados y la gloria del linaje en la Castilla bajomedieval. Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio, obra compilada por Reyna Pastor*. Madrid: CSIC, 1990.

BLECUA. Pedagogos cristianos y sus escritos sobre educación. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I: Edades Antigua, Media y Moderna*. Madrid: BAC, 1995.

BUENAVENTURA, Delgado. La literatura didáctica medieval. In: *Historia de la educación en España y América. I: La educación en la España antigua y medieval*. Madrid: S.M., D.L., 1992.

_____. Pedagogos cristianos y sus escritos sobre educación. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. I: Edades Antigua, Media y Moderna*. Madrid: BAC, 1995, p.99-127.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESPE, 1999.

CASTRO Y CALVO, José María. *La educación de Príncipes en la Edad Media según las obras de Juan Manuel*. Madrid: Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Madrid, 1940. 4v.

_____. *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel*. Madrid: CSIC, 1945.

CUESTA BUSTILLO, Josefina. *Memoria e história*. Madrid: Marcial Pons, 1998.

DÍEZ DE REVENGA, Francisco Javier. El Libro de las Armas de Don Juan Manuel: Algo más que un libro de historia. In: *Don Juan Manuel. VII Centenario*. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982.

DEYERMOND, A.D. *Historia de la literatura española. La edad Media*. Barcelona: Ariel, 1999.

DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. Lisboa: Teorema, 1989.

_____. *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. *Idade Média, idade dos homens. Do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1992.

FLORES ARROYUELO, Francisco J. *El caballero: hombre y prototipo*. Murcia: Departamento de Historia Medieval – Universidad de Murcia, 1982.

GARATE CÓRDOBA, José María. *Espíritu y milicia en la España medieval*. Madrid: Publicaciones Españolas, 1967.

GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XIV*. Madrid: Alianza, 1997.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés. *Don Juan Manuel*. Biografía y estudio crítico. Zaragoza: La Académica, 1932.

HARO CORTÉS, Marta. Los compendios de castigos del siglo XIII: técnicas narrativas y contenido ético. *Revista Cuadernos de Filología*, València, n.XIV, Universidad de Valencia, 1995.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisséia, 1960.

KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LADERO QUESADA, Miguel-Angel. Marco histórico: Iglesia, sociedad y educación. In: *Historia de la acción educadora de la iglesia en España. I. Edades Antigua, Media y Moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. *São Luis*. Biografía. São Paulo: Editora Record, 1999.

LIDA DE MALKIEL, Maria Rosa. Três notas sobre Don Juan Manuel. In: *Estúdios de literatura espanhola y comparada*. Buenos Aires: EUDEBA, 1966.

LOMAX, Derek. . El padre de Don Juan Manuel. In: *Don Juan Manuel*. VII Centenario. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982. p. 193-176.

MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del pensamiento español*. Madrid: Cultura Hispánica, 1983.

MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*. A família e o poder. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. *Narrativas dos livros de linhagem*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

MENENDEZ PIDAL, Ramón. De Alfonso a los dos Juanes. Auge y culminación del didactismo (1252-1370). *Studia Hispánica in honorem R. Lapasa*, Madrid, v.1, p.63-73, 1972.

MENJOT, Denis. Enseigner la segesse. Remarques sur Moyen Age. In: GUGLIELMI, Nilda, RUCQUOI, Adeline (Coord.). *El discurso político en la Edad Media*. Buenos Aires: Programa de Investigaciones Medievales – Consejo Nacional de Investigaciones Técnicas y Científicas – CONICET – Centre de la Recherche Scientifique, 1995.

ORDUNA, Germán. El exemplo em la obra literária de Don Juan Manuel. In: MACPHERSON, I. *Juan Manuel studies*. Londres: Tamesis Books, 1977.

PALACIOS MARTÍN, B. La educación de los Principes. In: BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (Dir.). *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España*. Madrid: BAC, 1995.

PRETEL MARÍN, Aurelio. *Don Juan Manuel, señor de la llanura*. Repoblación y gobierno de la Mancha Albacetense en la primera mitad del siglo XIV. Albacete: CSIC, 1982.

PUÉRTOLAS-RODRIGUEZ, Julio. *Literatura, historia, alineación*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

RODRÍGUES PUÉRTOLAS Julio. *Literatura, historia, alienacion*. Barcelona: Labor, 1976.

RUCQUOI, Adeline. Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale. *Histoire de l'éducation*, Paris, Institut National de Recherche Pédagogique, n.69, 1996.

_____. Studia generalia y pensamiento hispánico medieval. Relaciones. *Estudios de Historia y Sociedad*, México, n.75, p.243-280, 1998.

RUIZ, Maria Cecília. *Literatura y política: el Libro de los Estados y el Libro de las Armas de Don Juan Manuel*. Potomac-Maryland: Scripta Humanística, 1989.

SÁNCHEZ RODRIGUEZ, Marciano. Programa educativo del Infante Don Juan Manuel. Historia de la Educación. *Revista Interuniversitária*, Salamanca, n.5, p.131-148, 1986.

STEFANO, Luciana de. La sociedad estamental en las obras de Don Juan Manuel. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Venezuela, n.3-4,p.347-348.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999.

VICENTE PEDRAZ, M. Educación corporal y distinción nobiliária en el Libro de los Estados de Don Juan Manuel. *APUNTS*, Barcelona, n.43, p.13-22, 1996.

VICENS PEDRAZ, M. *El imaginário de la excelência corporal en el Libro de los Estados: cuerpo y sociedade e n la obra política de Don Juan Manuel*. Buenos Aires: Fundación Archipélago, 2002.